

## Resistência à leitura como silêncio

Andrei Morais \*

Data de submissão: 31 mar. 2013

Data de aprovação: 15 abr. 2013

### Resumo

O limiar da falência do verbo aproxima-se do silêncio, da impossibilidade de ler e, de modo intrínseco, de estabelecer qualquer que seja a relação entre outras leituras. O silêncio cercearia a leitura em si mesma, tornando-a uma mônada incomunicável ou simplesmente denuncia a incompetência total da leitura no enredamento de outras leituras. À beira da unidade entre significado e significante, a resistência à leitura aproxima-se de seu silêncio, aproxima-se de sua negação. Nenhuma leitura que pretenda satisfazer a escrita pode dizer sem se contradizer ou produzir ambivalências e polissemias indefinidamente. Parece não haver mais alternativa à leitura literária senão se silenciar e ser reduzida à tarefa de reproduzir uma escrita — e, por conseguinte, ignorar a multidão de leituras diferentes que a invadem — sob uma égide imanentista do texto.

**Palavras-chave:** Silêncio. Resistência à leitura. Leitura literária. Escrita literária. Subjetividade.

### Abstract

The threshold for the failure of the verb is close to silence, the inability to read and so intrinsic to establish whatever relationship between other readings. The silence would limit the reading itself, making it a monad incommunicable or simply denounces the total lack of reading in the tangling of other readings. On the edge of the unity of meaning and significant resistance to reading is close to his silence, approaching its denial. No reading wishing fulfill the writing can be said without contradicting or produce ambivalence and polysemies indefinitely. There seems no alternative to reading more literary than be silent and be reduced to the task of writing a reproduce — and therefore ignore the multitude of different readings that invade — under one aegis immanentist text.

**Keywords:** Silence. Resistance to Reading. Literary Reading. Literary Writing. Subjectivity.

---

\* Professor Adjunto I Interdisciplinar da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Bacharel e Licenciado em Filosofia, Mestre e Doutor em Literatura pela Universidade de Brasília/UnB (E-mail: andreimor@yahoo.com.br).

Na sombra cúmplice do quarto,  
 Ao contacto das minhas mãos lentas,  
 A substância da tua carne  
 Era a mesma que a do silêncio.

Do silêncio musical, cheio  
 De sentido místico e grave,  
 Ferindo a alma de um enleio  
 Mortalmente agudo e suave.

Ah, tão suave e tão agudo!  
 Parecia que a morte vinha...  
 Era o silêncio que diz tudo  
 O que a intuição mal advinha.

É o silêncio da tua carne.  
 Da tua carne de âmbar, nua,  
 Quase a espiritualizar-se  
 Na aspiração de mais ternura.  
 (Manuel Bandeira. O silêncio)

Oh palavra, oh tu, palavra, que me faltas!  
 (Arnold Schoenberg. Moses und Aron)

Resistir ao valor da leitura é aproximar a resistência à leitura de seu silêncio quase por completo. O silêncio absoluto ou a solitária empreitada de ler enclausurado e alheio aos ouvintes não é mais que ilusão, a ilusão que insiste invadir as fronteiras da suposta subjetividade, interioridade do leitor, e ataca a existência de um mundo em que ele participa acompanhando as palavras e transformando-as incessantemente. A transformação das palavras na leitura é conflituosa, bem distante da solitária e pretensa condição de ler sob o véu do silêncio solitário. O leitor nem muito menos o escritor permanece só nesse conflito pelo qual perpassam diversas leituras. “Quando nos abrimos / você a mim e eu a você / quando afundamos / em mim, você, e eu em você, / quando parecemos / você dentro de mim e eu dentro de você. // Então / eu sou eu / e você é você.” (SCHLINK, 1998, p. 51) Esse concubinato entre leitor e texto promove uma quase identidade das partes a tal ponto que uma interioridade é construída a partir das palavras, é um concubinato cúmplice e fatídico tanto para o leitor quanto para o escritor ao acreditarem piamente no encontro com a interioridade que tende, inevitavelmente, a eliminar o eu de ambos os lados. A subjetividade ou a interioridade do leitor pode estar

incrustada entre as palavras, seus vazios que perfazem o inefável. A interioridade não pode ser dita, lida ou escrita; porém, bordejada pela escrita poética que a acena constantemente ou, de modo inadvertido, ousa torná-la dizível. Na interioridade do leitor, encontra-se o silêncio que, necessariamente, está para além das cercanias do discurso, do texto, da escrita. Em contraposição ao silêncio do leitor, a resistência à leitura literária constitui-se de multidão de leituras dispersas ou ordenadas de outras leituras, cujo encadeamento pode ser dado pelo escritor e/ou pela arte de ler que não seja serva de modelos, métodos preestabelecidos. Assim como não há métodos, origens absolutas, ou fetiches que garantam uma interpretação ou leitura decisiva, não há de forma alguma a leitura que possa silenciar outras leituras, mas, aí sim, provocar um falatório incansável. O silêncio da leitura confunde-se paradoxalmente com a sua condição de falatório, do ocaso silencioso da leitura conduzida ao desfecho da multidão de ideias muitas vezes contraditórias e labirínticas. “O falatório [*Das Geredete*] é a possibilidade de compreender tudo sem se ter apropriado previamente da coisa. (...) O falatório que qualquer um pode sorver sofregamente não apenas dispensa a tarefa de uma compreensão autêntica como também elabora uma compreensibilidade indiferente, da qual nada é excluído.” (HEIDEGGER, 1995, p. 229) O falatório da leitura é análogo à compreensibilidade indiferente heideggeriana, ele resiste a se apropriar da escrita literária e acaba por incluir até mesmo o que aparentemente não lhe é permitido dizer coisa alguma. Enquanto “compreensibilidade indiferente, da qual nada é excluído”, o falatório indica a abertura provocada pelo silêncio avesso a uma compreensão autêntica, muito mais do que qualquer outra leitura. As leituras dão voz e emulam a existência da profusão de escritas, diálogos e encontros até mesmo com o silêncio daquilo que não pretenda sê-lo.

Não há silêncio bastante  
 Para o meu silêncio.  
 Nas prisões e nos conventos  
 Nas igrejas e na noite  
 Não há silêncio bastante  
 Para o meu silêncio.  
 Os amantes no quarto.  
 Os ratos no muro.  
 A menina  
 Nos longos corredores do colégio.  
 Todos os cães perdidos  
 Pelos quais tenho sofrido  
 Quero que saibam:  
 O meu silêncio é maior

Que toda solidão  
E que todo silêncio. (HILST, 1959)

A maior profundidade do silêncio está na própria negação, na impossibilidade de dizê-lo, até-lo aos limites das palavras. É o que leva muitos escritores e leitores a buscá-lo incansavelmente como se fosse o próprio sentido de sua vida. O silêncio é a falta que não se cansa da necessidade de ser preenchida. “Em geral se denomina criação ou poesia a tudo aquilo que passa da não-existência à existência.” (PLATÃO, 1962, p. 161) A sacerdotisa Diótima amplia a poesia (*ποιητική*) ao sentido mais amplo de criação, em que até mesmo os artífices encontram o seu lugar. Esse atavismo persegue a escrita poética, é o querer dar conta de um silêncio maior que a própria solidão do escritor, e assim leva o leitor a acreditar que a sua leitura é realmente solitária. Ledo engano, mormente ao notar que o seu eu não pode ser apreendido pela linguagem, porém pressentido apenas como um desejo de ser que esbarra na própria resistência de ser satisfeito, de ser enunciado. “O que o solipsismo *quer significar* é inteiramente correto; apenas é algo que não se pode *dizer*, mas que se mostra. Que o mundo seja *meu* mundo, é o que se mostra nisso: os limites da linguagem (a linguagem que, só ela, eu entendo) significam os limites de *meu* mundo.” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 245) Poder-se-ia questionar se esse solipsismo é mostrado eficazmente para si mesmo na escrita ou na leitura. Todavia, se a linguagem pretende mostrar o mundo do leitor e do escritor, não o mostra com as palavras, senão prensa-lhe sobre a própria resistência daquilo que não admite dizer coisa alguma acerca dele: o silêncio.

Qual seria, então, o ideal da linguagem poética? “O ideal seria cada poeta ter sua própria linguagem, específica para sua necessidade expressiva; dada a natureza social e convencionalizada da fala humana, tal linguagem só pode ser o silêncio.” (STEINER, 1988, p. 69) A linguagem do poeta, para ser expressa, deveria estar a serviço do silêncio, no modo como o escritor mapeia-o e conduz a sonoridade das palavras em direção à música. Esta, segundo George Steiner, seria a quintessência da linguagem poética, o que a aproximaria do divino e daquilo que estaria na posição anterior à escrita. Contraditoriamente, se a linguagem poética aponta para o silêncio absoluto da criação, não pertenceria a cada poeta, mas aos deuses, seus eternos inspiradores. A poesia, assim tomada como sua essência, remeteria à atividade religiosa de se ligar ao princípio da criação.

Porque o poeta é um ser alado e sagrado, todo leveza, e somente capaz de compor quando saturado do deus e fora do juízo, e no ponto, até, em que perde de todo o senso. (...) Com isso, a meu ver, quis mostrar-nos o deus por maneira muito clara, para que não remanescessem dúvidas, que essas

belas poesias não são humanas nem feitas pelos homens, porém divinas e dos deuses, não passando os poetas de intérpretes dos deuses, pelos quais são individualmente possuídos. (PLATÃO, *Ião*, 534b—e, p. 228-9)

A necessidade de uma linguagem ideal para cada indivíduo-poeta confronta-se com a própria ideia de linguagem. Ao mesmo tempo em que a ideia de linguagem pressupõe uma unidade reificada, esta musa de Steiner não pode prescindir da falência dessa mesma unidade. Ou seja, o silêncio não reportaria necessariamente à unidade linguística divina ou racional, mas à sua condição fragmentária. O conflito entre a unidade e o isolamento do fragmento artístico perfaz o caráter de indecidibilidade da resistência à leitura em contato com a escrita literária. “É preciso que um fragmento seja como uma pequena obra de arte, inteiramente isolado do mundo circundante e completo em si mesmo, como um ouriço.” (SCHLEGEL, 1994, p. 102-3) Malgrado a fragmentação, a escrita literária parece acenar à plenitude divina, àquilo que lhe é estranho, é o trágico conflito de uma escrita fragmentada tentando religar-se à fúria de uma unidade divina e plena:

Que é deus? Desde o céu  
Remoto é o rosto dele, e pleno  
De feições. Pois os trovões  
De fato a fúria são de um deus, que, quando menos avistamos,  
Mais se afunda na Estranheza. Porém, do deus a glória  
É o raio, e mais: o ideal da vida eterna,  
A propriedade, tudo, enfim, de meu e teu  
Não vêm senão de um deus. (HÖLDERLIN, 1994, p. 203)

Do espelho divino na linguagem às ações, a resistência como silêncio da leitura evoca a multiplicidade indefinida de leituras que se pode obter dos limites do indizível, do que aparentemente não se admite dizer mais nada, como aquilo que divisa a prática. Para isso, a leitura e a escrita já se serviram a propósitos éticos de Sêneca, Epícteto a Plutarco, a importância de suas anotações (*hypomnêmata*) voltava-se especialmente a aconselhar a ação humana. “Como elemento de treinamento de si, a escrita tem, para utilizar uma expressão de Plutarco, uma função *etopoiética*: ela é a operadora da transformação da verdade em *êthos*.” (FOUCAULT, 2004, p. 147) A atividade de dar conselho — função aventada por Michel Foucault como preciosa à escrita e à leitura — estava estreitamente ligada à necessidade de uma escrita de si, a subjetividade do discurso. Esta escrita, peculiar dos séculos I e II d. C., não pode ser confundida com o diário moderno, pois nela constavam

anotações que serviriam de guia tanto para a conduta humana como para a elaboração de futuros tratados, pensamentos, releituras ou meditações.

É preciso ler, dizia Sêneca, mas também escrever. (SÊNECA apud FOUCAULT, op. cit., p. 146) E Epícteto, que no entanto só deu um ensino oral, insiste várias vezes sobre o papel da escrita como exercício pessoal: deve-se “meditar” (*meletan*), escrever (*graphhein*), exercitar-se (*gummazein*); “que possa a morte me apanhar pensando, escrevendo, lendo.” (EPÍCTETO apud FOUCAULT, op. cit., p. 146) Ou ainda: “Mantenha os pensamentos noite e dia à disposição (*prokheiron*); coloque-os por escrito, faça sua leitura; que eles sejam o objeto de tuas conversações contigo mesmo, com um outro [...] se te ocorrer algum desses acontecimentos chamados indesejáveis, encontrarás imediatamente um alívio no pensamento de que aquilo não é inesperado”. (Idem)

Apesar de Foucault ressaltar que esse discurso não busca o indizível, o não-dito, mas busca captar o já-dito com vistas na constituição de si (daquele que escreve e lê); ele persiste na performance da palavra, na sua transformação *poiética* em *êthos*. Este é o paradoxo dos *hupomnêmata*: com o ensino de fragmentos, leitura e escrita, estabelecer uma aproximação quase perfeita do leitor e do escritor consigo mesmo. O objetivo era tornar dizível o silêncio do indizível/não-dito dos *hupomnêmata*. “Ouve, meu filho, o silêncio. / É um silêncio ondulado, / um silêncio / onde resvalam vales e ecos / e que inclina um silêncio / para o chão.” (LORCA, 1989, p. 185) O que é paradoxal para os *hupomnêmata* é dizível na escrita literária. Com esta é possível ouvir o silêncio das palavras, “onde resvalam vales e ecos”, é o movimento inefável que se apresenta duplamente lendo e escrevendo, um exercício que avança as próprias fronteiras em direção ao abismo — ainda que este abismo seja da subjetividade. “Se há, pois, separação infinita, cabe à palavra fazer desta o lugar do acordo, e se há um abismo insuperável, a palavra atravessa o abismo.” (BLANCHOT apud LAGES, 2002, p. 13) Talvez esse abismo divisado por Maurice Blanchot seja aquele entre as palavras e as coisas ou, de modo radical, a distância que afasta o escritor e o leitor de si mesmo, aquilo em que a reflexão não tem vez. “Nas composições poéticas abrem uma área do próprio íntimo que não é comumente acessível à sua reflexão.” (BENJAMIN, 1991, p. 150) A palavra e a leitura atravessam o abismo, atravessam o leitor e o escritor e os expõem um ao outro na escrita literária. Desse ato de atravessar, avista-se a interioridade inefável do leitor e, mesmo assim, a leitura e a escrita persistem em invadi-la, nem que para isso almejem esgotá-la em falatório interminável que faz fronteira com o oculto. “Falar muito de si pode ser um meio de se ocultar.” (NIETZSCHE, 1992, p. 83) A sensação de estar perto do abismo no ato de ler gera no leitor o fascínio de estar voltado para si mesmo, uma atividade próxima

à catarse aristotélica (*Poética*). O abismo aproxima e afasta o leitor da palavra no ato de ler, é um movimento que se confunde entre a aproximação e o afastamento ou, até mesmo, confunde-se com a inércia da leitura que não teria mais nada a dizer.

Quando assim me acontece de abismar-me, é porque já não há lugar para mim em parte alguma, nem mesmo na morte. A imagem do outro — à qual eu me colava, da qual vivia — já não existe; ora é uma catástrofe (fútil) que parece afastá-la para sempre, ora é uma felicidade excessiva que me faz alcançá-la; de qualquer modo, separado ou dissolvido, não sou recolhido em parte alguma; na frente, nem eu, nem você, nem morte, mais nada *a quem falar*. (...) O abismo não passaria de um aniquilamento oportuno? Não me seria difícil nele ler não um repouso, mas uma *emoção*. Mascaro meu luto sob uma fuga; diluo-me, desvaneço-me para escapar a esta compacidade, a esta saturação que faz de mim um sujeito *responsável*: saio: é o êxtase. (BARTHES, 2003, p. 4-6)

O leitor/escritor abisma-se por não se encontrar na leitura/escrita e na “imagem do outro” — a projeção das palavras que não lhe faz mais sentido — “nem mesmo na morte”. Abismado em si mesmo, abre-se a unidade inaudita entre abismo e silêncio, é o inaudito “mais nada a *quem falar*”. No abismo do silêncio, lê-se a emoção de seu êxtase responsável por aquilo que mascara em fuga. O leitor fugitivo corre o risco de apenas se servir ao texto, emprestar-lheia a sua voz e mais nada. Ou, de outro modo, o leitor aprisiona o texto a partir de uma leitura imposta. “Só que fugir não é só correr de um lugar, mas também chegar a outro. (...) A fuga, aqui, não é ocupar-se com o passado, mas justamente uma determinada concentração no presente e no futuro, cega à herança do passado pelo qual somos moldados e com o qual temos de viver.” (SCHLINK, op. cit., p. 150) Para fugir das palavras que cercam seu silêncio, é necessário o leitor sair de si, o que o conduzirá a outro lugar, ou melhor, ao si mesmo de seu inescapável silêncio. O leitor está afastado da palavra, da voz que sai de si mesmo, ele se distingue da palavra — o mesmo se dá com o escritor em relação ao que acaba de escrever. No entanto, são as palavras, a combinação livre da poesia, que o aproximam de si mesmo. A linguagem não dá conta da individualidade/particularidade do leitor ou do escritor. A linguagem despenca ou desmonta-se diante de uma privacidade que lhe é estranha. “Recordemo-nos de que há certos critérios de comportamento para dizer que alguém não entende uma palavra: que a palavra não lhe diz nada, se ele não sabe o que fazer com ela. (...) E poder-se-ia chamar de ‘linguagem privada’ sons que ninguém entende, mas que eu ‘pareço entender’.” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 130) Agindo dessa forma, na escrita literária, a

linguagem desvanece na promessa de veicular algum significado sem gerar suspeita, resistência, pois alcança no máximo um “pareço entender”. É a suspeita que cai sobre a própria linguagem, a resistência de esta ser o que pretenda ser: permitir um mínimo de comunicação indubitável.

O leitor é surpreendido pelo silêncio na leitura quando descobre o caráter repetitivo dos signos, o que não lhe permite cercar a aura de um aqui e agora dito, escrito ou lido e, principalmente, percebido em sua ambiguidade de sentimentos. O caráter repetitivo dos signos mapeia o jogo silencioso da escrita: ainda que aparentemente se silencie a leitura na repetição, esta é contornada com a possibilidade de dizer o que ainda não foi escrito.

É claro que a repetição é uma propriedade constitutiva da linguagem, mas essa propriedade não permanece neutra e inerte em relação ao ato de escrever. Escrever não é contornar a repetição necessária da linguagem: escrever, no sentido literário, é situar a repetição no âmbito da obra. (FOUCAULT apud MACHADO, 2000, p. 160)

Malgrado a repetição característica da linguagem, esta cede à peculiaridade distinta do ato de escrever no esforço de compor uma escrita; a repetição aliena-se de sua função para anunciar o silêncio do indizível literário, aquilo que no uso pragmático da linguagem limita-se ao privado do falante/escritor/leitor. A resistência à repetição da linguagem na escrita literária também se manifesta no movimento de sua leitura. O movimento da leitura não possui direção, a leitura vagueia ao esmo pela escrita, um movimento de vai-e-vem nunca satisfeito, nem mesmo repetitivo. O constante embate da escrita/leitura literária com o repetitivo da linguagem provoca o deslocamento do próprio estado de repetição. “O verso é um doido sozinho. / Seu assunto é o caminho. E nada mais! / O caminho que ele próprio inventa...” (QUINTANA, 1989, p. 131) Assim se mostra a resistência à leitura literária. Ela resiste a aceitar destinos a seu caminho, à leitura que não tenha mais coisa alguma a dizer e se silencia, e se apresenta na condição de caminho que se inventa a todo instante; ou melhor, um (des)caminho criativo de si mesmo e de outras leituras que possa almejar. Enquanto (des)caminho que se (des)enrola em si mesmo, a resistência à leitura mostra-se como um labirinto sem entradas ou saídas, origens ou fins. Poder-se-ia dizer que a leitura que se adentra no labirinto de palavras da escrita literária tende forçosamente ao silêncio. Por não encontrar entrada ou qualquer saída para um começo ou até mesmo uma conclusão, resta à leitura somente exaltar o paradoxo de sua condução. “O labirinto é o caminho mais certo para aquele que sempre ainda chega em tempo à sua meta. (...) O labirinto é a casa de quem vacila. O percurso de quem teme chegar à meta tende a traçar um labirinto.” (BENJAMIN, 1991, p. 132-3)

E a meta da leitura literária é a sua resistência, o seu exercício vacilante em juntar os cacos do texto, é a resistência inerente à escrita que não se resolve na composição de uma unidade significacional.

(...) Não se trata de obter uma ‘explicação’ do texto, um ‘resultado positivo’ (um significado último que fosse a verdade da obra ou a sua determinação), mas, ao inverso, que se trata de entrar, pela análise (ou o que se parece com uma análise), no jogo do significante, na escrita: numa palavra, realizar, pelo trabalho, o plural do texto. (BARTHES, 2000, p. 182-3)

A resistência à leitura aproxima-se desse empenho de explorar a pluralidade do texto a partir do jogo significante, principalmente por Roland Barthes ressaltar que a análise estrutural não pretende fundar um método canônico, mas desenrolar os múltiplos e simultâneos códigos do texto.

A leitura assemelha-se ao desafio de Teseu em desenrolar o novelo de fios para, assim, depois de matar o Minotauro, voltar ao seu destino traçado pelos deuses. A leitura, na tarefa de desenrolar a tessitura da escrita, acaba por compor um labirinto cujo retorno ao ponto de partida não é garantido ao leitor, deixando-o perambulando entre os significantes literários. Perante a sua resistência ou o vacilo de não chegar a lugar algum, a leitura afasta-se de sua intenção inicial, do leitor e do escritor, e passa a se imiscuir com a escrita literária para compor o próprio labirinto.

Ao realizar a passagem do *muthos* ao *logos*, o pensamento filosófico retém essa possibilidade de escolher livremente o caminho que o mito havia apenas entreaberto, e faz de tal possibilidade o próprio princípio da razão moderna. Pensar é entrar no labirinto e arriscar-se a perder-se nele. O labirinto é também uma metáfora da aporia, e por isso se encontra na fonte do pensamento ocidental. (PEYRONIE apud BRUNEL, 1997, p. 558).

Como Sören Kierkegaard (*Ou isto — ou aquilo*) já afirmara, toda escolha envolve uma decisão trágica (Cf. KIERKEGAARD, 1971, p. 117). A escolha pelo *logos* — ou a racionalização do discurso mítico-religioso para os helenistas, em especial Werner Jaeger (1989, p. 132) — na história do pensamento pretendeu eliminar o labirinto mítico, e com isso o medo da leitura arriscar-se e perder-se em seus pressupostos mínimos de compreensibilidade. Dessa escolha filosófica, a escrita literária preferiu não acompanhá-la e manter-se subversiva por excelência, seja contestando cânones interpretativos ou voltando-se contra a sua identidade como resistência à sua leitura.

O labirinto é a imagem paradoxal da resistência à leitura como silêncio. O que se pode dizer do silêncio sem negar o seu *status* de inaudito, indescritível, indizível e inescrivível (GOETHE apud WELLBERY, 1998, p. 206)? É provável que a dificuldade de responder a este quiproquó não esteja na lógica formal — limitada aos postulados de identidade, da não-contradição e do terceiro excluído exaltados por Aristóteles como princípios ontológicos —, mormente se se levar em consideração a ambiguidade e a polissemia como características da escrita literária. Em vez de se encarregar de eliminar aporias, contradições e paradoxos, é preciso colocá-los à tona sob a égide de que a leitura literária é, em si, resistência; ou seja, perturbadora até para si mesma, para modelos interpretativos/hermenêuticos que se esforcem na tarefa de esgotá-la numa unidade chamada obra ou livro.

A ideia do livro é a ideia da totalidade, finita ou infinita, do significante; essa totalidade do significante somente pode ser o que ela é, uma totalidade, se uma totalidade constituída do significante preexistir a ela, vigiando sua inscrição e seus signos, independentemente dela na sua identidade. (DERRIDA, 1999, p. 21-2)

Corroborando com Jacques Derrida, “a ideia do livro é a ideia da totalidade” com a qual a resistência à leitura não pode coadunar. A resistência à leitura volve-se principalmente contra qualquer unidade totalizadora e preexistente, ou a presença de um arquitecsto que sirva como chave-mestra ao traço fragmentário eminente na escrita literária. Não há uma leitura ou escrita originária para assegurar a ideia de livro ou obra total. Caso contrário, ao se igualar a escrita à obra, a leitura torna-se um silêncio improficuo, cala-se num mutismo paralisante no empenho de equacionar significados também fragmentários.

No tocante ao mutismo paralisante, já em 1920, com a ascensão do nazismo, muitos escritores alemães e austríacos — contemporâneos íntimos das posições do *Tractatus logico-philosophicus* de Ludwig Wittgenstein e das parábolas de silêncio de Karl Bühler de Hofmannsthal (*Der Schwierige* [O homem difícil]) — resolveram romper com a linguagem, isso devido em grande parte pela incompatibilidade entre a eloquência e a desumana realidade política. “Um rompimento com a linguagem era, presume-se, parte de um abandono mais generalizado da confiança nas estabilidades e na autoridade expressiva da civilização centro-européia.” (STEINER, op. cit., p. 71) Steiner reforça que esta época marca — contraditoriamente à valorização da linguagem impetrada pelos filósofos do Círculo de Viena — a morte da linguagem, a derrota das palavras perante a desumanidade tão exposta nos campos de concentração (o que levou Theodor Adorno a afirmar que a poesia acabou depois de

Auschwitz). Na crise política de 1938, o francês Adamov escreveu: “Palavras gastas, surradas, limadas converteram-se em esqueleto, em palavras espectrais; todos, fatigados, mastigam e regurgitam o som que elas têm entre as mandíbulas” (ibidem, p. 72). O escritor, visto como escravo e senhor da linguagem, vê-se na quase-impossibilidade de dizer qualquer coisa que sirva para intercambiar experiências. Isto, por sua vez, só se tornou mais problemático com a guerra, do prenúncio ao fim, principalmente nas palavras de Walter Benjamin em 1936:

Com a guerra mundial tornou-se manifesto um processo que continua até hoje. No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos dos campos de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. Não havia nada de anormal nisso. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano. (BENJAMIN, 1994, p. 198)

A experiência da guerra emudeceu os narradores e escritores. A morte estúpida da guerra não encontra mais narradores para torná-la viva, com ela também desaparece o lugar de onde se diz e sua escrita confunde-se com as cinzas de palavras vazias e perdidas na poeira das bombas. “E se mil palavras tivésseis: / A palavra, a palavra está morta.” (WOFKSKEHL apud STEINER, op. cit., op. cit., p. 71) As palavras não faziam mais sentido num mundo onde a força das armas transforma todo trabalho humano em vítima de interesses que escapam aos limites de seu entendimento, bem longe da dicotomia racional *versus* irracional. “(...) Ele grita toquem a morte mais suave a morte é um mestre da Alemanha / ele grita toquem os violinos mais grave e elevem-se qual fumaça pelo ar / então vocês terão uma cova nas nuvens lá não se fica confinado (...)” (CELAN, 1977, p. 21) Se a quintessência da linguagem poética é a música, como defende Steiner, Paul Celan fez de sua escrita uma elegia à morte; ele cantou-a sobre e sob as fumaças da guerra. A resistência à leitura, neste contexto, é a expressão da aversão e da intimidade em relação às cicatrizes do tempo que não encontra limites para o humano e devora suas esperanças antes mesmo de serem sonhadas. Ao ser encontrado o silêncio da linguagem, não só o falante e o escritor mergulham no indizível para expor os

sintomas da dor, como também a leitura volta-se para si mesma e se encastela na resistência à própria resistência que lhe é própria: a resistência à leitura.

Depois das duas grandes guerras do século XX, o silêncio ainda persiste. Nas notícias da guerra entre os Estados Unidos e o Iraque, os mortos — muitos destes sem entender o porquê de estarem morrendo — não passam de números a serem contabilizados no rol de medalhas dos conquistadores. (É o império do cálculo estatístico sobre o valor da individualidade humana.) Se foi preciso dizer que se vive o fim da história — a derradeira vitória do sistema econômico capitalista globalizante —, com ela morre também a vontade ou o sentido de dizer qualquer coisa edificante sem cair no vazio dos ouvidos que só captam ruídos desconexos. O que dizer do sofrimento e da dor que impede pessoas de sonharem com dias sem matança? Ou, o que a poesia pode dizer ou fazer? Nada, o silêncio gerado estupidamente pela guerra não deixou mais coisa alguma para as palavras. O grito do poeta teve de ser contigo nas palavras que não fazem mais coisa alguma, principalmente se for relevado que a falsa democracia do Estado só se sustenta a partir da violência, arrancando de cada um a possibilidade de expressar a sua individualidade e forçando assim que todos se sujeitem à sociedade de massa.

De fato, a própria ideia de “Estado democrático” sempre foi uma espécie de contradição em termos. “Democracia” refere-se a um sistema em que “o povo”, seja como for definido, governa seus próprios assuntos. Um Estado é um aparato de coerção sistemática destinado a obrigar as pessoas a obedecerem ordens sob a ameaça da violência. Elementos de ambos podem no máximo existir em uma proximidade desconfortável, mas nunca se misturar. Mesmo nos Estados mais democráticos, por exemplo, os mecanismos pelos quais a violência é de fato exercida — política, tribunais, prisões — operam sobre princípios completamente autoritários. (GRAEBER, 2005, p. 6)

Tudo isso não parece mais ter retorno. Como Giovanni Reale (*História da filosofia antiga*) suscitou, os mitos do poder hoje são os da política impondo escopos pragmático-ideológicos e da ciência, esta última determinando sempre seus métodos ditadores sob o pretenso estandarte da verdade absoluta. “Olha em torno / vê como tudo ressurgue — / Na morte! Vivo! / Diz a verdade quem sombras diz.” (CELAN, op. cit., p. 34) A verdade só pode existir como imposição. E, na escrita literária, o mais próximo que se pode chegar da verdade é a sua sombra, é a translúcida imagem que não se deixa conter em fórmulas, gêneros e métodos. Servir à desumanidade custa a dignidade do escritor. O escritor não é apenas aquele que escreve, a escrita insere-o na relação com outras escritas que, por sua vez, encadearão outras mesmas num

arranjo significacional que o comprometerá severamente como autor e responsável pelos seus atos. Como responsável por essa escrita, estará sujeito às intempéries do Estado ao qual pertence social e institucionalmente. Em vez de servir a esse Estado, o escritor prefere emudecer a dispor a escrita aos propósitos da brutalidade que, inevitavelmente, fará uso dela para exigir atitudes totalitárias da selvageria bélica.

Para o poeta é melhor mutilar seu próprio idioma do que conferir dignidade ao desumano, seja por seu dom, seja por sua indiferença. Se o jugo totalitário for tão eficaz a ponto de frustrar todas as oportunidades de denúncia, de sátira, então que o poeta se extinga (e que o erudito deixe de editar os clássicos a alguns quilômetros de distância do campo de extermínio). Justamente por ser a rubrica da humanidade no poeta, por ser aquilo que faz do homem um ser de inquieto empenho, a palavra não deveria ter vida natural, ou santuário neutro, no espaço e no tempo da brutalidade. O silêncio é uma alternativa. Se as palavras pronunciadas no meio urbano estão impregnadas de selvageria e mentiras, nada fala mais alto que o não-escrito. (STEINER, op. cit., p. 74)

Em decorrência das guerras, os escritores se valeram do silêncio para expressar a sua indignação diante de tamanha desumanidade. Às palavras não restariam nada além do silêncio. Ou melhor, o silêncio seria a forma encontrada pelos escritores para expressar aquilo que estavam impossibilitados de pôr em prática. Trata-se da greve do silêncio, eles reivindicam a reinserção das palavras na vida, que estas não sejam apenas veículos indiscriminados a serviço de uma ideologia que impõe o medo da prática sobre a aparente e impotente atividade de ler e escrever perante as atrocidades da guerra. E o que seria escutado do silêncio dos escritos? O que teriam eles a dizer com o silêncio? A que o silêncio resiste?

A resistência à leitura é silenciosa. Não há como trazer à tona na escrita o que é reprimido, recalcado, sem tratar daquilo que em si é resistência: o silêncio. Este se torna uma barreira quase intransponível à leitura, o que faz desta muito mais resistência do que o *legere* (ler) romano — a leitura que prenuncia a ação da *lex* (lei). Mais do que pronunciar a lei, a leitura é a própria ação, a lei do verbo em direção àquilo que não pode ser dito, porém está presente como resistência. Como resistência à leitura, o silêncio é a lei inexpugnável, aquilo que nem mesmo o anel de Gíges pode torná-lo invisível. (PLATÃO, 2001) O silêncio consome, corrói a leitura, transforma-a em resistência. O silêncio que a tudo atravessa e destrói, invade até mesmo os ouvidos do Ulisses kafkiano. “Mas as sereias têm uma arma mais terrível que seu canto: seu silêncio. Embora não haja sucedido, seria contudo pensável que

alguém se salvasse de seu canto, mas por certo não de seu silêncio. Ao sentimento de havê-las vencido com a própria força, à exaltação avassaladora consequente nada de terreno pode resistir.” (KAFKA apud WELLBERRY, op. cit., p. 209) Mesmo que Ulisses tenha escapado do canto das sereias, não resistiria ao silêncio que a tudo atravessa sem limites, é um silêncio assaz encantador das inúmeras sereias que esperam pelo naufrágio daqueles que a desafiam. Franz Kafka não se limita a ler e a reproduzir os sons de uma escrita milenar; ele acrescenta a sua leitura que, por sua vez, fará de seu Ulisses prisioneiro do silêncio, o silêncio que o impediu de escutar o canto das sereias de Homero:

Vêm para perto, famoso Odisseu [ou Ulisses, em latim], dos Aquivos orgulho, / traz para cá teu navio, que possa o canto escutar-nos. / Em nenhum tempo ninguém por aqui navegou em nau negra, / sem nossa voz infável ouvir, qual dos lábios nos soa. / Bem mais instruído prossegue, depois de se haver deleitado. / Todas as coisas sabemos, que em Tróia de vastas campinas, / pela vontade dos deuses, Troianos e Aquivos sofreram, / como, também, quanto passa no dorso da terra fecunda. (HOMERO, 2002, p. 214-5)

É o canto da morte que, silenciado, se torna o canto da vida ou da dor inaudita. As sereias não só cantam, também seduzem e flertam Ulisses — “Vêm para perto...” — para que se aproxime da morte, do naufrágio destino de todos navegantes que desafiam o deus Posido em suas águas nervosas.

Mas, para mim, em matéria de navegação, tudo é navegar, tudo é encomendar a alma a Deus e ao piloto. A melhor navegação é ainda a daquelas conchas cor de neve, com uma ondina dentro, olhos cor do céu, tranças do sol, toda um verso e toda no aconchego do gabinete. (MACHADO DE ASSIS, 1992, p. 627)

A leitura navega sem precisão pela escrita, sob as intempéries sígnicas que resistem a ceder o porto da compreensão última. A leitura ressuscita mortos ou o que estaria aparentemente em silêncio absoluto, absorto pela escrita que lhe deixa mudo.

A falta de propriedade que a distinga de outros discursos faz da leitura literária incorrer em quase adoração, exaltada sempre em momentos íntimos ou festivos sociais para exemplificar ou calar uma ideia. A valorização da leitura literária partiria de seu não-questionamento à quase adoração, um néctar aos devotos do simples prazer de ler. Apenas ler para se deliciar com o jogo e as fantasias provocativas da escrita literária. Então, não haveria coisa alguma

além e, por fim, a leitura deveria retirar-se em seu mutismo ou somente reproduzir o que já foi dito. Se a leitura literária fosse tomada a exemplo da sentença de Ludwig Wittgenstein – “Sobre aquilo de que não se deve falar, deve-se calar” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 281) –, nada mais deveria ser dito da escrita, da fala e a leitura transformar-se-ia em mera serva das palavras. Torna-se irresistível amar o silêncio e todas as suas implicações quando se trata de escrita literária; pois, o seu prazer silencia paráfrases, comentários, críticas e sugestões. Restaria ao leitor somente admirá-la e devotar toda a sua sabedoria ao exercício de reconstituir a unidade significacional por ela reportada. Há uma ansiedade de se aventurar por entre as palavras escritas e marcadas nas memórias como eternas. Não obstante, o silêncio não se identifica em si mesmo, nele concentram-se outras falas, escritas e leituras. Não se lê sozinho como muitos leitores acreditam quando enclausurados em suas respectivas intimidades. Há uma multidão de vozes, textos, imagens e leituras que atravessam a complexidade do ato de ler. Quiçá Madame Bovary tenha sido invadida por essa multidão ao ter acesso às suas primeiras leituras e visto o quanto era ilusória a vida solitária de casada. Ela era obrigada a tolher seus prazeres em nome de um pacto com uma sociedade a respeito do qual ninguém havia perguntado a ela. O silêncio, se ele existe em absoluto, pertence ao leitor, ao escritor e àquilo que estaria para além da articulação significante/significado promovida pela escrita literária.

É muita ousadia da leitura pretender silenciar as outras leituras, como se fosse possível tomar para si a fala, o dizer, e segurar a bandeira da verdade. É enganoso pensar que a leitura é solitária. O leitor pode estar enclausurado em seu quarto, acompanhado de seus textos e rindo sozinho das aventuras de Dom Quixote ou apenas distraído nos interstícios das palavras. A pausa na leitura é fundamental nesses momentos, não somente para descansar órgãos sensoriais, como também para reavivar o que dentro de nós escondemos: uma multidão de vozes, gritos e lamentos que não se cala simplesmente por querermos que isso deva ser feito. O silêncio é a própria expressão da existência:

Há qualidades incorpóreas, de existência  
dupla, nas quais segunda vida se produz,  
como a entidade dual da matéria e da luz,  
de que o sólido e a sombra espelham a evidência.

Há pois, duplo silêncio; o do mar e o da praia,  
do corpo e da alma; um, mora em deserta região  
que erva recente cubra e onde, solene, o atraía  
lastimoso saber; onde a recordação

o dispa de terror; seu nome é “nunca mais”;  
 é o silêncio corpóreo. A esse, não temais!  
 Nenhum poder do mal ele tem. Mas, se uma hora

um destino precoce (oh, destinos fatais!)  
 vos levar às regiões soturnas, que apavora  
 sua sombra, elfo sem nome, ali onde humana palma

jamaís pisou, a Deus recomendai vossa alma! (POE, 1985, p. 50).

## Referências

BARTHES, Roland. “Eu me abismo, eu sucumbo...”. In: *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, §3—5, p. 4-6.

\_\_\_\_\_. “Por onde começar?”. In: *O grau zero da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENJAMIN, Walter. Parque central. In: \_\_\_\_\_. *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1991 (Coleção *Grandes cientistas sociais*).

\_\_\_\_\_. “O narrador”. In: *Magia e técnica, arte e política. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CELAN, Paul. “Digas também”/“Fuga da morte”. In: \_\_\_\_\_. *Poemas*. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

DERRIDA, Jacques. “O fim do livro e o começo da escritura”. In: \_\_\_\_\_. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: \_\_\_\_\_. *Ética, sexualidade, política*. (Vol. V) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 (Coleção *Ditos e escritos*), p. 147.

\_\_\_\_\_. “Linguagem e literatura.” In: MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*, p. 160.

GRAEBER, David. “O carnaval está em marcha”. In: *Folha de São Paulo*, caderno *Mais!*, 14 de agosto de 2005, p. 6.

HEIDEGGER, Martin. “O falatório.” In: \_\_\_\_\_. *Ser e tempo*. Parte I: 5.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HILST, Hilda. *Roteiro do silêncio*. São Paulo: Anhambi, 1959.

HÖLDERLIN, J. C. F. “Que é Deus?” In: \_\_\_\_\_. *Canto do destino e outros cantos*. São Paulo: Iluminuras, 1994, p. 203.

HOMERO. *Odisseia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

JAEGER, Werner. W. “O pensamento filosófico e a descoberta do cosmos”. In: *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

KAFKA, Franz. “O silêncio das sereias”. In: WELLBERY, D. E. *Neoretórica e desconstrução*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1998.

KIERKEGAARD, Sören A. “Ou isto ou aquilo”. In: \_\_\_\_\_. *Kierkegaard*. Paraná: Editora Universidade Federal do Paraná, 1971.

LAGES, Susan. K. *Walter Benjamin: tradução & melancolia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

LORCA, Frederico G. “O silêncio.” In: \_\_\_\_\_. *Obras poéticas completas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília / São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 185.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim M. “A Semana, 4 de novembro de 1894”. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. “Máximas e interlúdios.” In: \_\_\_\_\_. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, §169, p. 83.

PEYRONIE, A. “Labirinto”. In: BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de mitos literários*. Tradução: Carlos Sussekind, Jorge Laclette, Maria Thereza R. Costa e Vera Whately. Brasília: EdUnB / Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, p. 558.

PLATÃO. “Discurso de Diotima.” In: \_\_\_\_\_. *Banquete*. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Globo, 1962, p. 161.

\_\_\_\_\_. Ião. In: \_\_\_\_\_ *Diálogos (I)*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Pará: UFPA, 1973.

\_\_\_\_\_. *A república*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

POE, Edgar A. “Silêncio”. In:\_\_\_\_\_. *Poemas e ensaios: Edgar Allan Poe*. Rio de Janeiro: Globo, 1985.

QUINTANA, Mario. “O verso.” In *Preparativos de viagem*. Rio de Janeiro: Globo, 1989, p. 131.

SCHLEGEL, Friederich. *Conversa sobre a poesia e outros fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1994.

SCHLINK, Bernard. *O leitor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 150.

STEINER, Georg. *Linguagem e silêncio: ensaios sobre a crise da palavra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WITTENGSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. *Investigações filosóficas*. Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes, 1994.